

# PLANO DE AÇÃO DA IACA PARA 2021

## **I – Breve análise de 2020**

O ano de 2020 ficou marcado inevitavelmente como o ano da pandemia e pelas implicações brutais nas nossas vidas, nas relações sociais, familiares e laborais, mas sobretudo na economia e no emprego, não só em Portugal, mas igualmente na União Europeia e a nível mundial, numa crise sanitária e económica sem precedentes.

No entanto, se há conclusão que podemos retirar acerca do impacto da COVID-19 na alimentação animal é que o setor se mostrou extremamente resiliente.

Com um capital humano que assumiu um comportamento exemplar na nossa Indústria, e que importa reconhecer e homenagear, a produção e distribuição de alimentos compostos não parou e este setor foi considerado desde logo como essencial nas sucessivas declarações do Estado de Emergência.

Fruto de uma notável partilha de responsabilidades entre fornecedores, industriais e clientes, os consumidores não sentiram falta de produtos alimentares de origem animal nas suas mesas, mesmo durante a fase de confinamento geral.

A criação de corredores verdes ao nível da União Europeia e a prioridade para o Mercado Interno, para além dos compromissos e declarações do G20, foram fatores muito positivos e que permitiram manter a cadeia alimentar em funcionamento.

Estivemos ainda presentes, em Portugal, em Grupos de Acompanhamento do Agroalimentar e da Logística, criados no quadro dos Ministérios da Agricultura e da Economia – designadamente o Grupo de Acompanhamento e Avaliação da Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em virtude das Dinâmicas de Mercado determinadas pelo Covid-19 – e no âmbito da FEFAC, na Task Force COVID-19, que permitiram dar conta aos decisores políticos, nacionais e europeus, dos constrangimentos e problemas que se colocaram às empresas nos diferentes momentos, desde logo a questão dos planos de contingência ou os equipamentos de proteção individual mas também o funcionamento dos portos ou o abastecimento de matérias-primas, pré-misturas ou aditivos para a alimentação animal.

O setor teve de ultrapassar obstáculos e lidar com inúmeras dificuldades, como restrições na disponibilidade de algumas matérias-primas (o bagaço de colza devido à paragem das extratoras, com sucessivos alertas ao Governo da ACICO e da IACA) ou os efeitos muito negativos decorrentes das restrições no canal HORECA e, durante o

confinamento, a proibição da realização de feiras e mercados, das limitações de deslocações, a quebra drástica no turismo, e o impacto na procura de produtos de origem animal, com a pecuária a ser profundamente afetada.

Paralelamente, a falta de turistas e as fortes restrições no canal HORECA, com a consequente redução no consumo, conduziram a uma quebra nos preços à produção na generalidade dos produtos de origem animal, com a Comissão Europeia a conceder ajudas setoriais, como armazenagem privada (leite em pó, queijo, manteiga, carne de bovino, ovino e caprino) e outras decididas pelo Governo português (leite de pequenos ruminantes, aves, ovos e suínos) no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural, com uma dotação de 12,2 milhões de €.

Naturalmente que as empresas tiveram de se reajustar e adaptar à procura, quer no mercado interno, quer nas exportações. Por exemplo, na suinicultura, a continuidade das exportações para a China e de leitões para Espanha, permitiu travar maiores perdas, num final de ano particularmente difícil para toda a Fileira da produção animal, com custos da alimentação em alta.

Desde muito cedo se tornou evidente que a Europa iria necessitar de um Plano de Recuperação Económica robusto (consubstanciado no “Próxima Geração UE” e no Quadro Financeiro Plurianual) e que essa recuperação económica estaria alinhada com as já conhecidas orientações do “Pacto Ecológico Europeu” e das Estratégias “Do Prado ao Prato” e da Biodiversidade.

Temos, assim, uma componente de proteção ambiental e de biodiversidade na economia como nunca tivemos no passado, que tem de ser compatibilizada com competitividade, geradora de emprego e de riqueza para Portugal.

É esta compatibilização que nos traz algumas reservas, caso da intensidade das metas relativas à redução das emissões de gases com efeito de estufa (55% de redução), da utilização de pesticidas químicos (-50%), fertilizantes (-20%), dos antibióticos (-50%) ou a promoção da agricultura biológica no horizonte 2030 (25% da área agrícola), que consideramos sobretudo aspiracionais e muito ambiciosas. Aliás, esta última, por si só, não é garantia de maior sustentabilidade.

Receamos que venham a existir quebras na produção agroalimentar, maior dependência de Portugal e da União Europeia das importações de Países Terceiros, aumento de custos de produção e perda de competitividade dos produtos europeus nos mercados externos, ou seja, uma redução da capacidade de abastecimento no mercado global. Aguardamos, deste modo, pela avaliação de impacto das medidas propostas.

Apesar dos alertas, a IACA partilha das linhas gerais destas orientações estratégicas e quer ser parte da solução.

Por isso, assinámos a [Carta de Sustentabilidade FEFAC 2030](#), temos projetos em curso no quadro do Alentejo 2020 (o Projeto SANAS – Estratégia para a Melhoria da Segurança Alimentar, Nutrição Animal e Sustentabilidade na Alimentação Animal na região do Alentejo) - , estamos no GO Efluentes e lançámos, com mais 17 entidades, o Laboratório Colaborativo FeedInov, que mostra uma aposta clara na Sustentabilidade e em soluções nutricionais inovadoras que respondam aos desafios que nos são impostos, quer pelos legisladores, quer pela Sociedade.

No entanto, neste contexto de esforço acrescido, deparámo-nos com aumentos significativos nos preços das matérias-primas.

A forte procura pela China e quebras de produção na zona do Mar Negro, além do impacto da COVID-19, pressionam os preços das matérias-primas das quais Portugal é muito dependente, nomeadamente milho, trigo, cevada, soja, colza e girassol. À manutenção desta tendência - aumentos entre 25 a 30% desde agosto - junta-se a escassez de fontes de proteína importantes como os bagaços de colza e girassol.

Um cenário muito preocupante para a competitividade da Fileira durante o primeiro semestre de 2021, confrontada com custos altistas e baixos preços nos produtos de origem animal ao produtor.

O ano terminou assim com os custos de alimentação em alta, sem que, no entanto, tenha sido possível refletir toda a amplitude do agravamento dos preços das matérias-primas nos preços dos alimentos compostos.

O setor da alimentação Animal em Portugal estima fechar o ano de 2020 com uma perda em torno de 1% face ao Volume de Negócios de 1,5 mil milhões de euros em 2019, em que registou uma produção de 3,9 milhões de toneladas.

Ao nível dos diferentes segmentos de mercado, tendo como base a amostra mensal da IACA, os alimentos para aves deverão ter registado uma relativa estabilidade, os bovinos, suínos e outros animais, com uma retração, num intervalo entre 1 e 2%.

Na União Europeia, a retração em média situa-se nos 2,2%, mas para além da pandemia temos o fenómeno das crises sanitárias como a peste suína africana ou a gripe aviária que afetam países relevantes como a Polónia, Alemanha, Roménia ou Holanda.

A pandemia levantou ainda a questão da soberania e da segurança alimentar (*food security*), da dependência da Europa relativamente a outros mercados, desde logo a China, pelo que em 2021, vai estar em debate o plano de contingência em tempos de crise. Irão afirmar-se os stocks estratégicos?

O acesso a proteína, da maior relevância geopolítica, é um tema que estará em cima da mesa em Portugal e na União Europeia nos próximos 10 anos.

Por esta razão, dentro da flexibilidade que a Comissão nos “concede” e apesar das recomendações, conhecidas a 18 de dezembro, o PEPAC (Plano Estratégico da PAC que deverá ser implementado em 2023) poderá ajudar com políticas públicas coerentes e incentivadoras de uma transição para uma economia verde de forma justa e que permitam manter as especificidades de cada país, a soberania alimentar e a relevância da agropecuária no equilíbrio do território e da paisagem, travando o abandono e a desertificação, e fixando os jovens no espaço rural.

Estes foram os principais aspetos que condicionaram o desempenho da nossa Indústria e da Fileira pecuária em geral, dos quais se destacam:

Pela **positiva**,

- A resiliência demonstrada pela cadeia da alimentação animal e da produção pecuária;
- O reconhecimento do setor como essencial para o funcionamento da economia, com a IACA a participar nos grupos de acompanhamento e monitorização criados pelos Ministérios da Agricultura e Economia, para além dos contactos frequentes com outras áreas do Governo, como o Ambiente, Administração Interna ou Infraestruturas;
- O contacto permanente entre a IACA e os seus associados, dando resposta aos planos de contingência e acompanhando os constrangimentos e dificuldades reportadas pelas empresas;
- A tendência para a procura de produtos de origem nacional e alguma deslocação para pontos de venda alternativos à grande distribuição alimentar, quer espaços mais pequenos, quer pelo recurso a plataformas digitais;
- A criação da Task Force COVID-19 ao nível da FEFAC, com contactos e partilhas de informações entre a FEFAC e as suas congéneres europeias, bem como o canal aberto com a Comissão Europeia e outras organizações da União Europeia como a COCERAL, FEDIOL ou COPA/COGECA;

- O lançamento do Laboratório Colaborativo FeedInov e a aposta na inovação, investigação e conhecimento, bem como a iniciativa do Ministério da Agricultura “Terra Futura”, com a estratégia para o horizonte 2030;
- A realização do XXIX Congresso da FEAC e o lançamento da Carta de Sustentabilidade 2030, que subscrevemos, bem como as IX Jornadas da Alimentação Animal, no sentido de dar resposta à Estratégia “Do Prado ao Prato”;
- A continuada aposta na comunicação com artigos e posições da IACA em diversos órgãos de comunicação social;
- O papel ativo da Comissão Europeia, quer ao nível do financiamento da investigação no combate à COVID-19, bem como a disponibilidade de fundos financeiros, em níveis históricos, para a recuperação económica da União Europeia, assinados durante a presidência alemã da União Europeia;
- O reforço da importância da ciência, do conhecimento e da cooperação internacional no combate à pandemia;
- O reconhecimento da dependência europeia relativamente a outras potências económicas, desde logo a China, e a discussão em torno da soberania alimentar e da necessidade de um plano de contingência em situações de crise;
- O início do plano de vacinação em Portugal, na Europa e a nível global, no final de 2020;
- A assinatura do acordo do Brexit, criando maior estabilidade no futuro das relações entre a União Europeia e o Reino Unido;
- Os resultados das eleições presidenciais nos EUA e o possível relançamento das relações transatlânticas;
- A concretização de um acordo de investimento entre a União Europeia e a China;
- A presidência portuguesa da União Europeia no primeiro semestre de 2021.

Pela **negativa**,

- O impacto dramático na economia e no funcionamento das empresas, com reduções históricas no PIB e na destruição de emprego, decorrentes do confinamento, problemas sanitários, e das restrições no funcionamento das atividades económicas, com destaque para o canal HORECA e a quebra no turismo;
- Os constrangimentos no abastecimento de algumas matérias-primas, designadamente bagaços de oleaginosas, com a IACA e a ACICO, a chamar a atenção para a política do Governo em matéria de biocombustíveis e a paragem

das extratoras, na quebra na oferta de bagaço de colza e as consequências em toda a Fileira Pecuária;

- Os preços das principais matérias-primas nos mercados internacionais, com agravamentos entre 25 a 30%, designadamente milho, cevada, trigo, soja e colza, sendo preocupante a escassez de girassol;
- Os baixos preços dos produtos de origem animal, decorrentes da quebra do consumo e de excedentes no mercado europeu, pese embora as ajudas da União Europeia e nacionais;
- A continuidade da existência de surtos de Peste Suína Africana, em particular no Leste Europeu, mas também com focos na Bélgica e o aparecimento de focos em javalis na Alemanha, com consequências negativas para o mercado da carne de suíno e o reforço das medidas de biossegurança em toda a Europa;
- A ocorrência de casos de gripe aviária em alguns países da União Europeia, criando maior pressão sobre o modelo de produção pecuária;
- As tensões entre a União Europeia e os EUA, decorrentes das retaliações em torno dos diferendos (alumínio, aço e aviação comercial) com imposição de tarifas nas trocas comerciais;
- Numa altura em que se assistiu a uma redução das emissões de GEE, consequência da redução da atividade económica em geral, em particular nos transportes, continuou a desinformação, sem qualquer base científica, quanto às consequências do consumo de leite, carnes vermelhas e de produtos transformados, na saúde dos consumidores, conjugado com o impacto da atividade pecuária no ambiente e nas alterações climáticas;
- Os contínuos ataques ao Mundo Rural, sejam nas produções intensivas (azeite e olival, pecuária) ou no modelo existente em Portugal e que tem conduzido a aumentos de produções e na sua capacidade de exportação;
- Apesar da descoberta da vacina, com o recurso à utilização da biotecnologia, em tempo record, continuaram as pressões de partidos que apoiam o Governo na proibição das importações de OGM, a insistência na rotulagem de produtos com ingredientes de natureza transgénica, acompanhado de um continuado debate a nível da UE, agora em torno das NBT, que os detratores da biotecnologia insistem que se tratam de novos produtos geneticamente modificados;
- A crescente atuação e influência do Ministério do Ambiente na alimentação animal e atividade pecuária, bem como a pressões políticas para a imposição de taxas para mitigar o impacto ambiental, e as tentativas de reduzir as funções do Ministério da Agricultura, designadamente a transferência da responsabilidade do bem-estar dos animais de companhia, da DGAV para o ICNF.

## **II – Ações previstas para 2021**

Com a presidência dos destinos da União Europeia neste primeiro semestre, Portugal assume importantes responsabilidades na coordenação dos planos de vacinação, na recuperação económica, com o início da execução do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e do Instrumento Próxima Geração UE (Next Generation EU), que inclui o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, para além de pretender encerrar o dossier da reforma da Política Agrícola Comum.

Sendo praticamente unânime que o próximo ano poderá ser de retoma muito tímida, com um quadro de grande incerteza pela evolução da pandemia a nível global, é certo que os impactos da COVID-19 se deverão sentir muito para além de 2021.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se que a economia vá contrair 8,1% em 2020, recuperando 3,9% em 2021, com uma taxa de desemprego que se pode deteriorar, de 7,2% para os 8,8%.

Deparamo-nos com um cenário muito preocupante para a competitividade da Fileira durante o primeiro semestre de 2021, confrontada com a tendência altista nas matérias-primas e baixos preços nos produtos de origem animal ao produtor. A evolução de eventuais crises sanitárias como a PSA ou a gripe aviária constituem igualmente preocupações acrescidas.

De facto, o que impacta negativamente a produção pecuária, tendencialmente, tem impactos a montante, caso da alimentação animal.

Uma evolução lenta da vacinação e novos confinamentos um pouco por toda a Europa continuarão a ter impactos significativos na recuperação económica que vai depender cada vez mais dos fundos europeus que vão ser colocados à disposição dos Estados-membros e que para Portugal atingirão montantes históricos de 45 mil milhões de € nos próximos 7 anos.

Para já, para a Presidência portuguesa, foram definidas como prioridades o combate à pandemia e a recuperação económica, com uma aposta numa agenda verde, no digital, na inovação, na mobilidade e na coesão social da União Europeia.

As preocupações face aos desafios existem, mas também a consciência de que se abrem novos caminhos de oportunidades, pese embora uma agenda “animalista” e pouco favorável à atividade pecuária – explorando de uma forma redutora o impacto no ambiente - com visões fundamentalistas e sem qualquer base científica da importância dos produtos de origem animal, quer da sustentabilidade da produção e o seu impacto na economia, no território e na paisagem, quer do consumo, pelo equilíbrio nutricional e saúde das populações.

Deste modo, numa linha de continuidade, mas com reforço das parcerias que são a nossa matriz, os principais objetivos da IACA passam pela consolidação e reforço da atividade de representação da Indústria a nível nacional e internacional, e na divulgação das nossas propostas para o exterior, **centrados nos seguintes eixos:**

1. Reforçar e agilizar a ligação entre a IACA e os seus associados, ao nível dos contactos diretos (Grupos de Trabalho com técnicos das empresas associadas), para acompanhar dossiers relevantes para o Sector e preparar posições junto das autoridades nacionais e em Bruxelas), da informação disponibilizada (Informação Semanal, Revista “Alimentação Animal”, Anuário IACA, Newsletter, Notas de Conjuntura, INFO IACA, Circulares, o website) e na resolução de problemas que se colocam a cada empresa, com temas de atualidade.

Interrompido pela pandemia, num plano mais técnico, esperamos que seja possível retomar o Programa de visitas às fábricas nos Projetos que temos em curso, designadamente no quadro do Alentejo 2020 (SANAS) para um melhor conhecimento dos problemas e das expectativas das empresas associadas, com a comunicação e difusão das conclusões destas reuniões através da Revista “Alimentação Animal”. Procuraremos abordar com mais frequência as empresas, com vista a perceber com que dificuldades e constrangimentos se deparam, por forma a dirigirmos a nossa ação com maior eficácia.

2. Reforço da Cooperação com as autoridades oficiais, designadamente ao nível da Agricultura, Economia, Ambiente, Saúde, Infraestruturas e Emprego, principais áreas com impacto para o nosso Sector, com destaques para o GPP, DGADR, DGAV e a APA. No quadro da investigação, desenvolvimento e inovação, serão privilegiados os contactos com o INIAV e as Universidades (ISA, UTAD, FMV, ESA Santarém, ESA Coimbra, Universidade de Évora, Universidade do Porto), para fazer a ponte entre a investigação e as empresas, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, designadamente no quadro do FeedInov. A presença da IACA, enquanto representantes da FIPA em Comissões de Acompanhamento no quadro do Ministério da Agricultura, designadamente do PDR 2020 ou da Revisão da PAC pós-2020, potenciam essa lógica de cooperação e articulação, procurando resolver ou mitigar os problemas/estrangulamentos da nossa Indústria.



3. Reforço da articulação entre a IACA e as organizações a montante e a jusante do nosso Sector, ao nível das associações agrícolas (ANPOC e ANPROMIS – de que é exemplo o Centro de Competências CEREALTECH), de comerciantes e importadores (ACICO), pecuárias (representantes dos sectores das carnes, do leite e dos ovos) e da FIPA, consolidando a relação de Fileiras e criando um maior lobby e “*massa crítica*” junto das autoridades nacionais e internacionais na defesa dos interesses comuns: a defesa da sustentabilidade da produção nacional e do Mundo Rural, o equilíbrio no relacionamento com as cadeias de distribuição, a promoção da alimentação animal, da produção pecuária e do consumo de produtos de origem nacional, nos mercados interno e externo. Continuaremos atentos ao desenvolvimento da Estratégia de Promoção da Produção de Cereais, e a participar no Grupo Operacional “Efluentes”, entre outros, com a FPAS, FEPASA e INIAV. Na área mais ambiental, teremos em atenção as orientações do PEF (medição da pegada de carbono) do RNC 2050 (Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica), promovido pela APA, as Melhores Práticas Disponíveis (BAT) e a promoção da economia circular. No plano da Investigação, Desenvolvimento & Inovação (IDI) teremos o envolvimento no FeedInov que assumirá a liderança das iniciativas de ID&I na área da Alimentação Animal. Destaque ainda para a candidatura ao Alentejo 2020, em que vamos promover o conhecimento e a sustentabilidade das empresas na região do Alentejo, como trampolim para todo o País, com destaque para a elaboração de um Estudo sobre a implementação da Estratégia “Do Prado ao Prato”, elaboração de Manuais, um vídeo de promoção do setor, Fichas Técnicas e procura de matérias-primas alternativas e de produção nacional, valorizando igualmente o território.
4. Consolidar a imagem da IACA e as suas posições no plano internacional, em particular junto da FEFAC e da FoodDrinkEurope - potenciando a representação da Indústria em fóruns de interesse para o Setor e em Grupos Consultivos da Comissão Europeia (Grupos de Diálogo Civil), e no Parlamento Europeu - e junto da opinião pública, através dos media e do meio académico e universitário, intervindo em Jornadas, *workshops*, Seminários e Conferências, promovendo os interesses dos associados, a inovação e o conhecimento, tal como tem acontecido nos últimos anos, em que a IACA, para além de ter assento no Board da FEFAC, coordena Grupos de Trabalho relevantes.

5. Reforçar o controlo das matérias-primas importadas de Países Terceiros, pelo que continuaremos a apostar no QUALIACA visando a sua consolidação no mercado, com os custos a serem suportados parcialmente pelos aderentes (o restante será assumido pela Associação), como acontece desde 2019. Reitera-se que este Projeto, bem acolhido pela Indústria e pela Fileira da produção animal, tem em vista o reforço da qualidade das matérias-primas, complementando o Plano de Controlo Oficial, e uma estratégia que permita potenciar uma nova relação com os nossos fornecedores, com maiores exigências contratuais.
6. Continuidade no processo de filiação de novas empresas e atividades no universo da alimentação animal, na sequência da alteração dos Estatutos de 2016, que se confirmou nestes últimos 4 anos, com a entrada de mais associados. Esta estratégia reforçará o peso e o papel da Instituição como parceiro e a sua capacidade de intervenção na Sociedade, nos próximos anos, preparando-a melhor para os desafios do futuro.

**Para atingir estes objetivos, o Plano de Ação, que se reflete naturalmente na proposta de Orçamento para 2021, contempla um conjunto de iniciativas, das quais destacamos as seguintes:**

- Realização de eventos temáticos ao longo do ano, designadamente as Reuniões Gerais da Indústria e Workshops, mantendo o modelo de convites a representantes das autoridades oficiais que acompanham os diferentes dossiers, de forma a compreenderem melhor as posições e necessidades da Indústria e dos seus associados.
- Face ao sucesso das edições anteriores, incluindo a edição de 2020 em formato de Webinar, com um record de participantes, realizaremos, em colaboração com a SPMA, as X Jornadas de Alimentação Animal, uma iniciativa que já se assumiu como uma referência e um ponto de encontro anual do Setor.
- Presença da IACA nos fóruns nacionais e internacionais a que está diretamente ligada, designadamente no âmbito da FIPA, GPP, DGAV, DGADR, APA, FEFAC, FoodDrinkEurope e Comissão Europeia (DG AGRI, DG SANTE) e contactos ao nível da REPER, Parlamento Europeu e Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

- Continuidade e reforço do papel do FeedMed, grupo de pressão constituído pela IACA/EUROFAC/ASSALZOO/CESFAC, representando Portugal, França, Itália e Espanha, constituído em setembro de 2017 e perfeitamente consolidado, cujo objetivo é defender em Bruxelas, nomeadamente no quadro da FEFAC, os interesses e especificidades dos países do Sul, face a pontos de vista, muitas vezes, divergentes dos blocos do Norte ou de Leste, sobretudo tendo em conta a Estratégia do “Prado ao Prato” e as suas metas mais relevantes.
- Continuamos a assegurar a vice-presidência do Comité “Produção Industrial de Alimentos Compostos” e a representação da Indústria europeia nos Grupos de Diálogo Civil “Culturas Arvenses”, “PAC”, e “Acordos Internacionais da Agricultura”, no quadro da DG AGRI/Comissão Europeia, bem como a coordenação do Grupo PARE (Política Agrícola e Relações Externas) da FIPA, com participação nos Comités da FoodDrinkEurope, em particular o da Competitividade.
- Para além da presença nos Comités específicos da FEFAC, incluindo a participação no Comité “Sustentabilidade”, a IACA continuará presente ao mais alto nível na estrutura dirigente da nossa organização europeia, num novo modelo de governação, para o qual muito contribuimos e que se iniciou a partir de junho de 2020 em que o Presidente da Direção assumiu o lugar no Board.
- No quadro da Contratação Coletiva de Trabalho, os CCT foram denunciados em 2020, mas não é expectável qualquer evolução em 2021 tendo em conta as recentes decisões do Governo. No entanto, continuaremos a analisar eventuais alternativas.
- Acompanhamento do processo legislativo relativo à aprovação de OGM, quer para importação, quer para cultivo e a questão das Novas Técnicas de Melhoramento de Plantas, denominadas como NGT (Novas Técnicas Genómicas).
- Acompanhamento do final das negociações da revisão da PAC, que deve ficar concluída durante a presidência portuguesa, sobretudo a elaboração dos Planos Estratégicos Nacionais (PEPAC), para implementação em 2023, bem como propostas de negociação ou implementação de acordos comerciais.

- Colaboração no Programa “Uma Só Saúde”, quer para ajudar a atingir o grande objetivo de redução ou utilização prudente de antibióticos na alimentação animal, quer na promoção da receita veterinária eletrónica, na defesa da utilização dos alimentos medicamentosos como um serviço de inegável valor prestado aos clientes, mas igualmente como uma ferramenta eficaz no controlo e redução do consumo de medicamentos, como uma das medidas de combate ao problema da resistência antimicrobiana. Para além dos suínos, cujo protocolo carece de revisão, destacamos igualmente a promoção da “desmedicalização” no setor da cunicultura, promovendo uma discriminação positiva nos operadores que estiverem disponíveis e conseguirem atingir as metas definidas, naturalmente em colaboração com a DGAV e as nossas congéneres associativas.
- Participação no Grupo Operacional do INIAV “Efluentes pecuários” e na Rede Inovar, no sentido de valorizar e divulgar a inovação e a investigação criando mais-valia e conhecimento para os seus associados.
- Criação de Grupos de Trabalho “ad-hoc” para a discussão de dossiers importantes para o futuro do Sector, designadamente sobre as micotoxinas, as dioxinas e o CLP/REACH, em estreita ligação com a FEFAC, tendo em conta os interesses nacionais.
- Lançamento do Guia de Rotulagem de alimentos compostos para animais, tendo em conta as últimas alterações legislativas.
- Continuidade do curso de legislação aplicável ao setor da alimentação animal, em conjunto com a DGAV, bem como promoção de iniciativas com o FeedInov.
- Atualização e lançamento de uma nova versão do Manual de Boas Práticas “Testes de contaminação cruzada e de homogeneidade no fabrico de alimentos compostos para animais” da DGAV.
- Acompanhamento em conjunto com a DGAV e o INIAV, para além da cooperação com a FPAS e APIC, do dossier da Peste Suína Africana, face aos casos que continuam a ocorrer em diferentes países da Europa e tomada de medidas para evitar a sua disseminação para Portugal.

- Continuação da dinamização da CT 37 com participação em Congressos e diferentes grupos de trabalho, tendo em vista um melhor conhecimento da sua atividade e da importância para a credibilidade da alimentação animal.
- Acompanhamento da revisão da legislação sobre os vários temas relacionados com a alimentação animal em discussão na UE, nomeadamente o Regulamento sobre higiene nos alimentos para animais (Regulamento (CE) nº 1831/2003), aditivos (Regulamento (CE) nº 1831/2003), com especial atenção às restrições de aditivos produzidos a partir de microrganismos geneticamente modificados, novos aditivos para alimentação animal e discussão da constituição de um novo grupo de aditivos (“melhoradores da condição de saúde”).
- Iniciativas com a DGAV para promover e abordar a futura legislação sobre os alimentos medicamentosos junto dos associados, com Sessões de divulgação, autónomas ou integradas nos eventos da IACA.
- Implementação da Visão 2030 para a Alimentação Animal e da Carta de Sustentabilidade 2030.
- Desenvolvimento do InovFeed & do Projeto SANAS, consubstanciando a aposta na inovação, investigação e desenvolvimento, como pilar essencial do Setor nos compromissos perante os desafios da Sociedade e na Comunicação.

Temos a noção de que este primeiro ano do novo Mandato vai ser particularmente difícil e exigente, sobretudo durante o primeiro semestre, em que a recuperação da economia irá muito para além de 2021.

Estaremos atentos às dificuldades e aos desafios que têm caracterizado a evolução da indústria de alimentos compostos para animais e os que estão bem presentes na próxima década, numa agenda mais verde e digital, e uma aposta no desenvolvimento sustentável, em que os dossiers como a saúde e bem-estar animal, ambiente, redução das emissões de GEE na pecuária, disponibilidade de proteína, segurança alimentar e resistência antimicrobiana são essenciais para uma imagem mais favorável do setor na opinião pública e decisores políticos.

Conscientes de que os ataques aos produtos de origem animal, com impacto negativo na Fileira pecuária e desde logo na nossa atividade continuarão na ordem do dia, a

Direção da IACA está consciente das dificuldades e das exigências, tendo como principal objetivo a aposta continua e reforçada nas parcerias e na dinâmica da nossa Organização, alargando a sua base de apoio e capacidade de intervenção, quer na Fileira, quer junto dos responsáveis, políticos, e Administração Pública.

Seja em Portugal ou no quadro internacional.

Na certeza de que, pela sua história e experiência de cinco décadas de existência, pela constante adaptação, capacidade de nos adaptarmos às diferentes realidades que foram surgindo e pela relação com as empresas associadas, bem vincada em 2020 com a resiliência demonstrada, somos uma Associação com visibilidade, credível e respeitada, quer pelos nossos parceiros, quer pelas autoridades, seja em Portugal ou no quadro internacional, sobretudo na UE, no Brasil ou nos EUA, com quem temos excelentes relações institucionais, nomeadamente através da USSEC (soja) e do USGC (cereais).

Por outro lado, o Projeto FeedInov e a interação com os seus diferentes parceiros, representa mais uma etapa na adaptação aos novos tempos, enquanto parceiros de confiança e gerando valor e conhecimento na cadeia alimentar.

É ainda de referir a Carta de Sustentabilidade 2030 que representa um patamar de compromissos ainda mais exigente.

Neste quadro de incerteza global em que vivemos, no primeiro ano do nosso Mandato, para além do reforço e consolidação dos Projetos estruturantes (Alargamento e QUALIACA), e uma aposta na Comunicação, Formação e Informação, com uma vertente também estrutural, centrada na inovação, investigação e desenvolvimento (FeedInov e SANAS), o que continuamos a garantir aos nossos Associados é ambição e vontade, de fazer mais e melhor, com coerência e espírito de Missão, tendo em vista a coesão da Indústria e a sustentabilidade da IACA, como grandes orientações estratégicas no médio e longo prazo.

A Agenda 2030 representa uma responsabilidade acrescida e um nível de exigência que temos de manter perante os desafios da Sociedade que também nos abrem novas oportunidades.

Hoje e como sempre, na defesa dos legítimos interesses dos nossos Associados.

Lisboa, 15 de janeiro de 2021

A DIREÇÃO

(aa)	José Romão Leite Braz	- Presidente
	António José M. Saraiva Landeiro Isidoro	- Vogal
	Maria Cristina Guarda de Sousa	- Vogal
	António Queirós Santana	- Vogal
	Avelino da Mota Francisco Gaspar	- Vogal
	Ulisses Manuel de Assis Mota	- Vogal
	João Vieira Barreto	- Vogal